

Entre a expressão e a intenção: possibilidades de construção narrativa através da transcrição em história oral

Marcela Boni Evangelista

Mestre em História Social – Departamento de História - USP

Núcleo de Estudos em História Oral da USP (NEHO-USP)

marcela.boni@gmail.com

Os trabalhos que carregam a nomenclatura “história oral” são marcados, apesar de especificidades inerentes à abordagem escolhida, pela realização de entrevistas. A entrevista, como elemento central nestes estudos é a fonte para desdobramentos de ordem documental. Desta forma, é a partir do documento oral ou audiovisual gravado que se podem estabelecer documentos outros como narrativas escritas ou audiovisuais.

Há pelo menos três possibilidades de utilização da entrevista em história oral, que correspondem a seus “gêneros”: história oral temática, tradição oral e história oral de vida. No primeiro caso, há predominância de um assunto (tema) que percorre todas as entrevistas em detrimento da trajetória de cada entrevistado. Por conta destas características, as entrevistas de projetos temáticos são baseadas em questionários previamente definidos e utilizados para todos os colaboradores.

Na tradição oral, a necessidade de penetrar o universo cotidiano do grupo escolhido para a pesquisa, demanda entrevistas diferenciadas, de âmbito mais coletivo. Este ramo da história oral se aproxima em método à Antropologia. Ambas valorizam o contato prolongado com o grupo “estudado” e a imersão do pesquisador em cultura diversa da sua faz do caderno de campo recurso indispensável para a constituição narrativa, seja ela etnográfica ou de história oral. A duração das entrevistas, neste caso, é mais frouxa, não havendo tempo pré-estabelecido para sua realização, nem tampouco necessidade de que se faça em apenas um contato com o entrevistado.

A história oral de vida, por sua vez, tem a experiência como foco e as entrevistas realizadas nesta perspectiva apontam para uma postura diferenciada por parte do entrevistador. Este deve estar imbuído de sensibilidade que o faça ouvir mais do que falar, estimular mais que perguntar. Neste caso, as entrevistas podem ser únicas ou múltiplas, de acordo com a necessidade da pesquisa, e sua duração dependerá para cada entrevistado. Isto não significa, entretanto, que não exista preocupação com estes pontos. Ao contrário disso, e salientando a necessidade de um projeto que anteceda o trabalho de campo, o pesquisador deve ter a responsabilidade de conduzir o processo como um todo, não através de imposição, mas de negociação.

No presente artigo, me detenho na possibilidade da passagem do documento oral para o escrito, ainda que em alguns momentos outras iniciativas sejam mencionadas em caráter de exemplo ou mesmo como proposta de discussão futura.

No caso da mudança de códigos em que a partir da entrevista gravada é produzido um texto escrito, alguns elementos merecem atenção. Em primeiro lugar, a narrativa resultante deste processo é permeada pela intersubjetividade que caracteriza o momento da entrevista, sobretudo quando esta é de história de vida. Tendo como um dos pressupostos na realização deste fazer o conceito de colaboração, falamos aqui de uma narrativa construída em via de mão dupla. Entrevistador e entrevistado estão presentes no texto final produzido – um é o dono da história e outro é autor da narrativa colaborativa.

Afirmar a autoria por parte daquele que conduz a entrevista e, em geral, dirige a pesquisa como um todo não diminui o aspecto de troca em que se baseia a construção narrativa. Ao contrário, sugere novos significados ao texto final produzido. Importa, sobretudo, o compromisso com a narrativa do outro. E é nessa medida que buscaremos desenvolver a proposta deste artigo ao evidenciar as diferenças entre o que se expressa e a intenção que estimula tal expressão.

Ao contar uma história, a sua própria história, o narrador se expressa e utiliza palavras, gestos, sons, silêncios para dar forma ao que considera relevante em sua trajetória. No caso de gravações em áudio, temos o registro material das palavras e sons,

mas nos faltam os demais elementos componentes da narrativa, aqueles que delineiam a performance do narrador. O recurso audiovisual amplia as possibilidades de se registrar outros elementos, o que durante a pesquisa pode auxiliar o pesquisador que, utilizando somente o gravador de áudio necessita permanentemente de suas anotações de caderno de campo. Contudo, mesmo o registro de vídeo não consegue contemplar todas as minúcias de tal performance. Sempre será possível apontar ângulos que não foram focalizados pela câmera e mesmo outros elementos que dizem respeito a recursos outros tais como a iluminação.

Entretanto, falamos aqui de um texto final escrito e comprometido com a narrativa do outro. Como conseguir um resultado que se aproxime das intenções do narrador? Propomos como alternativa a construção narrativa pautada no recurso da transcrição.

A origem da idéia de transcrição pode ser identificada em trabalhos realizados por Ezra Pound, ainda no século. Desenvolvendo sua teoria e prática no âmbito da literatura Pound propõe que o fazer poético se assemelha a uma “recriação” da realidade. Ao afirmar tal procedimento e postura, o autor avança para além do universo da palavra e atinge os significados imprimidos pela presença do corpo. Ao escrever a poesia, o autor estaria comprometido com uma recriação da realidade formada por palavra e corpo em constante movimento.

Ao nos deslocarmos para território brasileiro, constatamos a primeira utilização do termo “transcrição” pelos irmãos Haroldo e Augusto de Campos. Estes partiram de reflexões acerca da tradução para desenvolver tal conceito. Neste sentido, contestaram um tipo de tradução baseado em uma transposição palavra por palavra de uma língua para outra. Sua proposta passou a indicar um procedimento atrelado ao sentido atribuído ao texto que se pretende traduzir.

Em território historiográfico, José Carlos Sebe Bom Meihy foi responsável por reflexões que passaram a considerar os discursos construídos pelos sujeitos históricos em termos subjetivos. Especialmente no que diz respeito à documentação produzida em pesquisas de história oral, o fazer transcriativo seria indicado para estimular a produção de um tipo de conhecimento comprometido menos com a rigidez de uma composição

literal na passagem do código oral para o escrito do que com o sentido do discurso construído em condições específicas, pautadas no encontro de subjetividades que representa a entrevista.

Discutir o processo transcriativo é, talvez, uma das tarefas mais polêmicas em que se envolve um oralista. Há ainda muitas críticas à passagem do oral para o escrito que não seja fiel a cada som pronunciado pelo interlocutor. Em função disto, a história oral vem reunindo uma variada gama de elementos que possam dar conta de legitimar este tipo de trabalho com o texto. Há mesmo a proposição do ato transcriativo que se estenda da escritura do projeto até as múltiplas interpretações que as leituras do texto final permitem. (CALDAS, 1999)

Falamos, pois, a partir de um lugar cuja prática possui procedimentos específicos. A história oral, ao assumir um fazer produtor de documentação e reflexão admite a subjetividade como elemento intrínseco. O papel do pesquisador tende a ser ampliado à medida que este aspecto é ressaltado. Aceita-se a intervenção do pesquisador como elemento positivo na composição do trabalho e não o contrário. Não se busca, deste modo, um afastamento necessário do “objeto de pesquisa”.

Neste sentido, desde as escolhas inerentes ao projeto de pesquisa, passando pela realização das entrevistas e a análise do material coletado e indo além, nas diversas possibilidades interpretativas posteriores, o pesquisador encontra-se envolvido e comprometido com as linhas que foi traçando ao longo de sua pesquisa. Ao optar por estudar questões relacionadas a pessoas, ao documento vivo, conseqüentemente se insere em discussões voltadas para questões contemporâneas, sobretudo, quando os temas abordados dizem respeito a situações de trauma, carência, exclusão social e violência.

O encontro com protagonistas de experiências que moldam o cotidiano da sociedade contemporânea e o registro de suas narrativas mostra-se, portanto, momento crucial no fazer da história oral e terá influência direta no processo transcriativo de construção documental. A entrevista nos coloca diante de situações as mais diversas. É possível que nos encontremos com “narradores plenos”, cuja história nos seja apresentada praticamente sem a necessidade de intervenções ou estímulos. As

possibilidades se alastram e as entrevistas podem demandar intervenções mais intensas por parte do pesquisador, principalmente quando há dificuldade por parte do entrevistado em falar sobre determinadas situações vivenciadas. Resultam de tais momentos registros que podem trazer experiências narradas de maneira desconexa e mesmo ininteligível se “lidas” de forma literal.

A condição da entrevista, contudo, em que a intersubjetividade entre entrevistador e entrevistado é permanente permite uma construção de significados única. Com isso, queremos dizer que o que é dito, a forma como é expressa uma situação ou o que é silenciado ou ainda deturpado está diretamente relacionado com as pessoas envolvidas naquele momento. Acionar a memória do outro em função do presente sugere que sua construção narrativa é moldada por aquelas condições únicas, que não se repetirão. O que é contado o é para “aquela” pessoa, “naquele” contexto. Em outro momento, para outra pessoa é possível que o mesmo episódio seja narrado de forma diversa ou que seja mesmo silenciado.

“Cabe, dessa forma, manter presente ao longo do trabalho das entrevistas, a idéia de um corpo, o corpo do colaborador que media e possibilita a narração, que a encena e recria para contar sua história de vida, sem esquecer que esse corpo se liga a um espaço, a circunstâncias e a um contexto histórico específico que modelam essa apresentação. É possível sugerir, por palavras tonalizadas, essas ações e cenários, “teatralizar” ao longo do texto o momento sagrado do encontro e o desenrolar da trama. Essa é a parte que cabe ao oralista, a outra será feita pelo leitor, imaginante e interessado.”
(ALMEIDA&AMORIM&BARBOSA, 2007, p.106).

As características do narrador, do pesquisador, do contexto histórico ou conjuntural também podem alterar o que é dito. Isto não quer dizer que a multiplicidades de versões seja um problema ou configure perda de credibilidade ao que é dito, mas denota a especificidade desta forma de construção de conhecimentos e aponta para possibilidades outras de tratamento documental e reflexão teórica.

Nos trabalhos de história oral, tanto os desenvolvidos exclusivamente em âmbito acadêmico quanto os aplicados por agentes da sociedade civil em nível comunitário, os temas abordados e a forma de fazê-lo podem partir de anseios do pesquisador, mas

também das comunidades estudadas. A diferença na origem da demanda pelo desenvolvimento do trabalho também deve ser considerada ao proceder a uma análise sobre os documentos produzidos.

Quando trabalhamos com experiências traumáticas devemos atentar para o que Pollack denominou “memórias subterrâneas”, ou seja, situações vivenciadas em dado momento e guardadas até que haja condições favoráveis ou ideais para que estas venham à tona. Tais condições “ideais” têm relação inclusive com o pesquisador, na medida em que este é quem irá ouvir a história e, a partir daquele momento, fazer parte da mesma. Isto pode ocorrer em ambos os casos apontados, mas quando a demanda parte da comunidade que vivenciou o trauma podemos acrescentar novo elemento. Em geral, aquele narrador em momento anterior identificado como vítima, passa a representar um grupo e uma experiência coletiva. Sua experiência, ainda que traumática, passa a ser um testemunho e seu papel é resignificado, há uma desvitimização daquela experiência.

Evidentemente, estamos falando de trabalhos de história oral comprometidos com discussões contemporâneas e com a valorização de experiências em muitos casos não contempladas pela História oficial. Deste modo, ainda que o ponto de partida de tais pesquisas seja a história vivida por pessoas e grupos (nunca será possível ouvir todos os membros de uma comunidade de destino), busca-se evidenciar o aspecto social e coletivo daquela experiência. Torná-la pública é, portanto, parte dos objetivos destes trabalhos.

Levar a público tais histórias de vida tem como motivação ampliar o debate acerca das questões que podem ser desentranhadas de tais narrativas. Para isso, torna-se necessário possuir um tipo de documento que sirva a tais propósitos e a transcrição é considerada uma forma de construção narrativa que permite a produção de um texto que agrega este objetivo, bem como os elementos que influenciam sua constituição.

Grande parte dos trabalhos que se utilizam da realização de entrevistas prevê a utilização dos seus resultados a partir da transposição do código oral para o escrito. Desta forma, a transcrição do áudio ou do vídeo é parte do trabalho e há a possibilidade de utilização dos resultados na composição do texto analítico produzido. A transcrição

literal, por sua vez, tem como preocupação exclusiva a transmissão do que foi pronunciado no momento da entrevista, o que não implica, para citar somente um exemplo, com os significados inerentes ao que não foi dito, ou o que foi falado de forma desconexa e os possíveis motivos para que isto acontecesse. Ou seja, o compromisso é estrito à expressão que pode ser apreendida pelo recurso de registro utilizado, seja ele somente de áudio ou audiovisual.

Ao prever o compromisso com a transmissão de uma narrativa/experiência e as especificidades de sua construção, o recurso da transcrição mostra-se como procedimento indicado e satisfatório. Diante de questionamentos acerca de sua paridade com o que foi apresentado na ocasião da entrevista pelo colaborador, o procedimento da validação imprime legitimidade ao discurso apresentado e construído de forma colaborativa. Diferentemente da proposta de apresentar a expressão do dito, a transcrição estabelece seu compromisso com as intenções apreendidas no estabelecimento da intersubjetividade entre entrevistador e entrevistado.

Tendo em vista o estabelecimento de uma relação entre as partes componentes da entrevista, o texto transcrito, é escrito por um dos participantes (entrevistador), mas somente se torna legítimo quando autorizado pelo colaborador, daí o aspecto ético da história oral. É somente por isso que insistimos na relevância da construção de um texto que, de fato, foge do que foi literalmente dito, mas se aproxima intensamente do que se quis dizer. “O texto final...jamais poderia ter sido pronunciado daquela maneira final pelo nosso interlocutor; no entanto, cada palavra, cada frase, cada estrutura lhe pertence (ele não disse mas somente ele poderia ter dito)” (CALDAS, 1999, p.75-76)

O trabalho transcriativo se aproxima do artesanal. Isto se dá, pois a possibilidade de transcrição somente é viabilizada quando aquele que escreve o texto final está envolvido em todas as etapas do trabalho, desde a elaboração do projeto de pesquisa. O envolvimento direto com o tema e com o documento vivo materializado pelos entrevistados é insubstituível na composição no texto final. A experiência agregadora da pesquisa em história oral de vida confere gradativamente ao oralista a segurança necessária para escrever com propriedade sobre a vida daqueles com quem divide experiências. Tal qual o produto do artesão, o texto transcrito é o resultado de uma série de etapas criativas que vão contornando um produto sempre inédito.

Discorrer acerca da narrativa contemporânea nos remete às afirmações de Benjamin no que diz respeito à perda da experiência e à possibilidade de desaparecimento da narrativa e do narrador. Acreditamos que a introdução da técnica na sociedade moderna correspondeu a transformações indiscutíveis no âmbito das relações humanas e mesmo na vivência e transmissão das experiências. Entretanto, verificamos neste contexto menos o fim da narrativa e da experiência do que o oferecimento de novas possibilidades de construção narrativa, marcadas pelas novas tecnologias e formas de registro de tais experiências. O contar e o ouvir assumem novos contornos e contribuem para a construção de um saber que dialoga permanentemente com as transformações da vida moderna.

Esta nova narrativa se mostra, portanto, em consonância com as pretensões transcriativas apresentadas em trabalhos de história oral. Desde seu comprometimento com o discurso do outro quanto com a especificidade de sua produção até o destino dos produtos de tais trabalhos, sua publicização.

Desta forma, o processo transcriativo não se esgotaria na produção do texto que começa com a entrevista, mas se estenderia nas possibilidades que se colocam em sua divulgação para públicos cada vez mais amplos. Daí novas reflexões que atentam para diferentes formas de compartilhar estas experiências de forma coletiva, as quais podem ser desde a publicação de livros até mesmo a produção de vídeos documentários, filmes de ficção, encenação de espetáculos teatrais, leituras dramáticas de história de vida e outras performances que tenham como objetivo expandir as reflexões que podem ser absorvidas das experiências vivenciadas por pessoas ou grupos e compartilhadas com o pesquisador.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Fernanda Farias de. JANNELLI, Maurizio. *A Princesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

ALMEIDA, Juniele Rabelo. AMORIM, Maria Aparecida. BARBOSA, Xênia. “Performance e objeto biográfico: Questões para a História Oral de Vida”. In: *Oralidades*. Revista de História Oral. Ano 1, n.2 (jul/dez.2007) – São Paulo: NEHO.

ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de. *Decifra-me ou devoro-te. História oral de vida dos meninos de rua de Salvador*. São Paulo: Loyola, 1995.

BERTAUX, Wiame. *Mémoire at récits de vie*. In: Penélope (pour l'histoire dès femmes), n.12, 1985.

BOSI, Ecléa. *O Tempo vivo da memória. Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CALDAS, Alberto Lins. "Pontuação em História Oral". In: *Oralidades*. Revista de História Oral. Ano 2, n.4 (jun/dez.2008) – São Paulo: NEHO.

----- "Transcrição em história oral". In: *NEHO-HISTÓRIA*, Revista do Núcleo de Estudos em História Oral da USP. São Paulo, n.1, USP/FFLCH/DH, Novembro, 1999ª, PP.71-9.

DEBERT, Guita G. "Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral". In: *A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

----- *Augusto e Lea: um caso de (Des)amor em tempos modernos*. São Paulo: Contexto, 2006.

VILAS BOAS, Sergio. *Biografismo. Reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.